

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026**  
**COMPASGOV Nº 90003/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026**

**UASG – 930052 - Câmara Municipal de Guaíra**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**26/06/2026 às 08h30 (horário de Brasília)**

**Local: No sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**

|  |                             |  |                               |
|--|-----------------------------|--|-------------------------------|
| <b>Objeto</b>  |                             |  |                               |
| Registro de Preços para fornecimento de peças genuínas de alta complexidade, necessárias a manutenção e reparo do elevador social da Câmara Municipal de Guaíra-PR, marca EMC, modelo SECTRON, com capacidade para 8 passageiros, peso máximo de 600 kg e tensão trifásica de 220V.  |                             |  |                               |
| <b>R\$ 106.804,00 (cento e seis mil, oitocentos e quatro reais).</b>   |                             |  |                               |
| <b>Modo de Disputa</b>   |                             | <b>Instrumento Contratual</b>  |                               |
| Aberto e Fechado   |                             | Termo de Contrato  |                               |
| <b>Registro de Preços?</b>   | <b>Vistoria*</b>            | <b>Garantia de Execução</b>  | <b>Critério de Julgamento</b> |
| SIM  | NÃO                         | NÃO SE APLICA  | MENOR PREÇO GLOBAL            |
| <b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (VEJA SEÇÃO DE HABILITAÇÃO) *</b>   |                             |  |                               |
| <b>Requisitos Básicos:</b><br>-Habilitação Jurídica, fiscal, social e trabalhista (Sicaf);<br>- Consulta CNJ;<br>- Consulta do CNEP e CEIS;<br>- Consulta do TCE/PR.   |                             | <b>Requisitos Específicos:</b><br>Não se aplica  |                               |
| * O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado no <b>Termo de Referência</b> anexo ao instrumento convocatório.   |                             |  |                               |
| <b>Lic. Exclusiva ME/EPP?</b>  | <b>Reserv. Cota ME/EPP?</b> | <b>Exige Amostras Físicas ou amostra por Catálogos</b>   |                               |
| NÃO  | NÃO                         | SIM  |                               |
| <b>Pedidos de esclarecimentos</b>  |                             | <b>Impugnações</b>   |                               |
| Até 17h do dia 24/06/2026 para o endereço <a href="mailto:compras@guaira.pr.leg.br">compras@guaira.pr.leg.br</a>   |                             | Até 17h do dia 24/06/2026 para o endereço <a href="mailto:compras@guaira.pr.leg.br">compras@guaira.pr.leg.br</a> |                               |
| <b>Observações Gerais:</b>   |                             |  |                               |
| Acompanhe as sessões públicas dos Pregões da Câmara Municipal de Guaíra pelo endereço <a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras</a> , selecionando a Unidade Compradora nº "930052". O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Compras.gov.  |                             |  |                               |
| <b>O valor estimado é o valor máximo aceitável para efeito de adjudicação.</b>   |                             |  |                               |
| A especificação técnica do(s) item(ns) no arquivo PDF a ser baixado juntamente com o arquivo do Edital no Compras.gov.br (RELAÇÃO DE ITEM(NS)) geralmente é obtida a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editável, em alguns casos, pelo órgão promotor do certame. Portanto, sempre que tal especificação não corresponder à descrição do Termo de Referência, <b>prevalecerá a que consta do TERMO DE REFERÊNCIA anexo a este Edital.</b> |                             |  |                               |



**EDITAL DE LICITAÇÃO - COMPRA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026**  
**Processo Administrativo nº 10/2026**

**1. PREÂMBULO**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA – PR**, inscrita no CNPJ sob nº 77.849.289/0001-42, sediada à Praça João XXIII, nº 200, Centro, Guaíra-PR, representada por seu(ua) Presidente, Sra. Tereza Camilo dos Santos, conforme autorização expedida no **Processo Digital 6521/2026 e Processo Administrativo nº 10/2026**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Resolução 02/2023 da Câmara Municipal de Guaíra-PR; e pelas demais legislação aplicável, torna público a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**1.1.** É pregoeiro da Câmara Municipal de Guaíra: Tiago Tsuguio Tsuneto, designado pela Portaria nº 06/2026 de 09 de Janeiro de 2026.

**1.2.** No presente certame a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances, e de julgamento.

**1.3.** O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), conforme datas e horários definidos abaixo:

|  |                                       |
|--|---------------------------------------|
| <b>DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b> | <b>ATÉ 08h30MIN DO DIA 26/06/2026</b> |
| <b>DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA</b>                                | <b>08h30MIN DO DIA 26/06/2026</b>     |

**1.4.** Os esclarecimentos sobre este Edital somente serão respondidos quando solicitados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, devendo ser endereçados ao e-mail: [compras@guaira.pr.leg.br](mailto:compras@guaira.pr.leg.br).

**1.5.** As respostas aos esclarecimentos serão disponibilizadas no sítio da Câmara Municipal de Guaíra - [www.guaira.pr.leg.br](http://www.guaira.pr.leg.br), no link Transparência – Suprimentos - Licitações Gerais, bem como no endereço: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), para ciência de todos os interessados.

**1.6.** O Pregoeiro decidirá sobre o esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**1.7.** Os atos e decisões da presente licitação serão publicados no Portal da Transparência da Câmara de Vereadores, acessível no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Guaíra - [www.guaira.pr.leg.br](http://www.guaira.pr.leg.br), no link Transparência – Suprimentos - Licitações Gerais, bem como no endereço: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**2. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO**

**2.1.** O objeto da presente licitação é **Registro de Preços para fornecimento de peças genuínas de alta complexidade, necessárias a manutenção e reparo do elevador social da Câmara Municipal de Guaíra-PR, marca EMC, modelo SECTRON, com capacidade para 8 passageiros, peso máximo de 600 kg e tensão trifásica de 220V. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**

**2.2.** A licitação será realizada em grupo único, formado por 17 (dezesete) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.



**2.3.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Portal Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do EDITAL.

**2.3.1.** A proposta que consignar preço, unitário ou global, superior ao fixado por este edital será desclassificada.

### **3. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

### **4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**4.1.** As impugnações ao presente Edital poderão ser feitas até às **17h:00min do dia 24/06/2026**, por qualquer cidadão ou licitante.

A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao pregoeiro, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa e número do CNPJ, quando couber, telefone, endereço eletrônico e/ou fac-símile para contato, devendo ser protocolada no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Guaíra, no endereço indicado no preâmbulo, no horário das 07h30 às 12h, 13h30 às 17h, ou encaminhada por e-mail ao endereço eletrônico: [compras@guaira.pr.leg.br](mailto:compras@guaira.pr.leg.br).

**4.2.** A impugnação será julgada em até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e a resposta será publicada e disponibilizada no sítio da Câmara Municipal de Guaíra - [www.guaira.pr.leg.br](http://www.guaira.pr.leg.br), no link **Transparência>>Suprimentos>>Licitações Gerais**, bem como no endereço: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), para ciência de todos os interessados. A decisão e/ou resposta referente a adoção de providências ou impugnação, junto com o requerimento que lhe deu origem, passarão também a integrar os autos do processo.

**4.3.** Não será conhecida impugnação interposta por fax ou vencido o respectivo prazo legal.

**4.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**4.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**4.6.** Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

**4.7.** Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

### **5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**5.1.** Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**5.2.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**5.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**5.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



- 5.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 5.6.** Não poderão disputar esta licitação:
- 5.6.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 5.6.2.** Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 5.6.3.** Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 5.6.4.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 5.6.5.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 5.6.6.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 5.6.7.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 5.6.8.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;
- 5.6.9.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 5.6.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 5.6.11.** Sociedades cooperativas;
- 5.7.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.8.** O impedimento de que trata o item 5.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 5.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.9.4 e 5.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 5.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 5.11.** O disposto nos itens 5.9.4 e 5.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 5.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



**5.13.** A vedação de que trata o item 5.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica

## **6. CREDENCIAMENTO**

**6.1.** Os interessados em participar desta Licitação deverão estar previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**6.2.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva do licitante, não cabendo ao provedor do sistema a Câmara Municipal de Guaíra, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**6.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma Eletrônica.

**6.4.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

**6.5.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**7.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**7.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**7.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**7.3.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**7.3.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

**7.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.4.** O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

**7.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**7.5.1.** No item exclusivo (caso houver) a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;





**7.5.2.** Se a licitante participante não for microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**7.6.** O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

**7.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 7.3, 7.5 ou 7.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**7.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**7.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**7.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema**, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**7.11.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**7.11.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**7.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**7.12.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**7.12.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**7.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**7.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**7.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**7.16.** O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

**7.17.** A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

**7.18.** Ocorrendo discordância entre o valor unitário e o total, prevalecerá o primeiro.

## **8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**



**8.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**8.1.1.** Valor expresso em Reais (R\$).

**8.1.2.** Marca do produto ofertado;

**8.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**8.2.1.** O licitante **NÃO PODERÁ** oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**8.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**8.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**8.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**8.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**8.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**8.9.** O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**8.10.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**8.11.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

**8.12.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pela Câmara Municipal de Guaíra e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**9.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**9.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**9.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**9.4.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**9.5.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



9.6. Ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

## 10. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa **aberto e fechado**.

10.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.3. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

10.4. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **valor unitário ofertado para cada item**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

10.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

10.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.9. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

10.10. Caso o licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta inicial para efeito da classificação final.

10.11. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.12. A fase de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.

10.13. Encerrado o prazo inicialmente fixado, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção dos lances será automaticamente encerrada.

10.14. Após o encerramento da recepção dos lances, o sistema eletrônico abrirá a oportunidade para que o licitante detentor da proposta de menor preço e os demais licitantes que se encontrem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta possam ofertar lance final e fechado.

10.15. O lance final de que trata o subitem anterior poderá ser ofertado em até 5 (cinco) minutos e será sigiloso até o encerramento desse prazo.

10.16. Na ausência de, no mínimo, três ofertas na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado.

10.17. Em não havendo lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado.

10.18. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

10.19. As propostas de licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço, serão





consideradas empatadas com a primeira colocada.

**10.20.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada nos termos do subitem acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos – controlados pelo sistema – contados após a comunicação automática para tanto.

**10.21.** Caso a licitante classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrarem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**10.22.** O disposto no subitem acima somente será aplicável quando a melhor proposta final não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**10.23.** O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

**10.24.** Realizada a diligência, o Pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública;

**10.25.** Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

**10.26.** Caso a desconexão do Pregoeiro persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

## **11. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

**11.1.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

**11.2.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**11.2.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**11.2.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**11.2.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**11.2.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**11.3.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**11.3.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**11.3.2.** empresas brasileiras;

**11.3.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**11.3.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**11.4.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.



## **12. DA NEGOCIAÇÃO**

**12.1.** Após o encerramento da etapa de lances, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**12.2.** O Pregoeiro poderá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**12.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**12.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**12.5.** O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo estipulado para envio da proposta, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

## **13. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**13.1.** A proposta de preços equalizada/ajustada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares exigíveis para essa etapa ou quando necessários à confirmação daqueles exigidos e já apresentados, deverá ser anexada no sistema Compras Governamentais, pelo licitante convocado, em até **2 (duas) horas**.

**13.1.1.** O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

**13.2.** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

**13.3.** A proposta deverá conter:

**13.3.1.** Proposta de preços, contendo as informações do modelo do Anexo II deste Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação;

**13.3.2.** Preços unitários e totais, em Real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

**13.3.3.** Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

**13.3.4.** Prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**13.4.** A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos sob pena de desclassificação.

**13.5.** A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

**13.6.** A apresentação da proposta implicará:

**13.6.1.** Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital e seus Anexos;

**13.6.2.** Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais, e, condições para execução dos serviços, sujeitando-se ao gerenciamento e fiscalização da Câmara Municipal de Guaíra.

## **14. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**14.1.** O critério de julgamento adotado na presente licitação é o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

## **15. DA FASE DE JULGAMENTO**



**15.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e vedações previstas neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**15.1.1.** SICAF;

**15.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**15.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

**15.1.4.** Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);

**15.1.5.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**15.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**15.3.** A habilitação do licitante cadastrado no SICAF será verificada por consulta online ao sistema, aos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

**15.4.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**15.4.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**15.4.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**15.4.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**15.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as condições deste edital.

**15.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**15.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**15.7.1.** Contiver vícios insanáveis;

**15.7.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**15.7.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**15.7.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**15.7.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**15.8.** No caso de bens e serviços em geral, **é indício de inexecuibilidade** das propostas **valores inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

**15.8.1.** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**15.8.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**15.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**15.9.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de



esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**15.10.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **16. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**16.1.** Os documentos previstos no **Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.**

**16.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeiro, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**16.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**16.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**16.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

**16.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**16.6.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**16.7.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**16.8.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**16.9.** A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

**16.9.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**16.10.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**16.10.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**16.11.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**16.11.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (DUAS) HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**16.11.1.1.** O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por



decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

**16.12.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**16.12.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do **Termo de Referência** somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**16.13.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo nas hipóteses previstas no artigo 64 da Lei 14.133/2021.

**16.13.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**16.13.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**16.14.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**16.15.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 16.12.1.

**16.16.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**16.17.** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**16.17.1.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

**16.17.2.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

## **17. VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.**

**17.1.** Consideradas cumpridas todas as exigências do Edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro o declarará vencedor.

**17.2.** Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

## **18. RECURSOS**

**18.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**18.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**18.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**18.4.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;





- 18.5.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 18.6.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 18.6.1.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 18.7.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 18.8.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 18.9.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 18.10.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 18.11.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 18.12.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 18.13.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://camaraguaira.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.
- 18.14.** A publicidade do julgamento dos eventuais recursos se dará na forma prevista no item 1.5 do presente Edital.

## **19. DO TERMO DE CONTRATO**

- 19.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 19.2.** O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 19.3.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:
- 19.3.1.** a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- 19.3.2.** b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou
- 19.3.3.** c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 19.4.** Os prazos, citados acima, poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 19.5.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 19.6.** Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 20.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das



sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**20.2.** Prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

**20.2.1.** A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

**20.2.2.** A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**20.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**20.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**20.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**20.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**20.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**20.8.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**20.9.** Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## **21. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**21.1.** O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos:

**21.1.1. Funcional programática: 01.001.01.031.0001.2001.**

**21.1.2. Elemento da Despesa: 3.3.90.30.0000 – Material de Consumo.**

**21.1.3. Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.2400 – Material para Manutenção de Bens**

**21.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**22.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**22.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**22.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**22.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**22.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**22.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**22.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;

**22.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**22.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**22.1.4.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**22.1.5.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;



- 22.1.6.** Fraudar a licitação;
- 22.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 22.1.7.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 22.1.7.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 22.1.7.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 22.1.7.4.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 22.1.7.5.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 22.1.8.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 22.1.9.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013
- 22.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 22.2.1.** advertência;
- 22.2.2.** multa;
- 22.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
- 22.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 22.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 22.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 22.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
- 22.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 22.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 22.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 22.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 22.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 22.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7, 22.1.8 e 22.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 22.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 22.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 22.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 22.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7 e 22.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 22.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 20.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legais.
- 22.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e



de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**22.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**22.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**22.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**22.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**23.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**23.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**23.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**23.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**23.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**23.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**23.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**23.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**23.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**23.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://camaraguaira.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.

**23.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**23.11.1.** ANEXO I – Termo de Referência e ETP (Apêndice Termo de Referência);

**23.11.2.** ANEXO II - Modelo de Proposta;

**23.11.3.** ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços;

**23.11.4.** ANEXO IV– Minuta de Termo de Contrato.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



**23.12.** Fica eleito o Foro da Comarca de Guaíra – PR, para solucionar eventuais litígios decorrentes desta licitação, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Guaíra, 15 de junho de 2026

**Tereza Camilo dos Santos**  
Presidente da Câmara Municipal de Guaíra  
Gestão 2025/2026

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 15/06/2026 15:51 -03:00 -03  
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p7901a0664f32c>





ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA (COMPRA) – LEI 14.133/21  
PROCESSO DIGITAL Nº 6521/2026

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021)**

**1.1.** Registro de Preços para fornecimento de peças genuínas de alta complexidade, necessárias a manutenção e reparo do elevador social da Câmara Municipal de Guaíra-PR, marca EMC, modelo SECTRON, com capacidade para 8 passageiros, peso máximo de 600 kg e tensão trifásica de 220V.

| Item | Descrição do Produto   | Catmat | Unida de     | Quant. | Vlr. Unit.    | Vlr. Total    |
|------|--|--------|--------------|--------|---------------|---------------|
| 01   | <b>Módulo de Unidade de Controle Central (CPU)</b> original da marca Elevador EMC ou compatível, modelo SECTRON. | 618659 | <b>unid.</b> | 2      | R\$ 4.530,00  | R\$ 9.060,00  |
| 02   | <b>Módulo Interface,</b> compatível com Elevador EMC (600 kg).   | 622751 | <b>unid.</b> | 2      | R\$ 2.820,00  | R\$ 5.640,00  |
| 03   | <b>Módulo de Chamado,</b> compatível com Elevador EMC (600 kg).  | 363146 | <b>unid.</b> | 2      | R\$ 3.560,00  | R\$ 7.120,00  |
| 04   | <b>Módulo de Cabine,</b> compatível com Elevador EMC (600 kg),   | 618660 | <b>unid.</b> | 2      | R\$ 635,00    | R\$ 1.270,00  |
| 05   | <b>IPD's – Interface de Proteção e Diagnóstico do elevador EMC SECTRON,</b>                                      | 358337 | <b>unid.</b> | 2      | R\$ 325,00    | R\$ 650,00    |
| 06   | <b>Botão de Chamado,</b> compatível com Elevador EMC (600 kg)  | 485369 | <b>unid.</b> | 2      | R\$ 190,00    | R\$ 380,00    |
| 07   | <b>Inversor de Frequência,</b> compatível com Elevador EMC (600 kg)  | 622855 | <b>unid.</b> | 2      | R\$ 11.600,00 | R\$ 23.200,00 |
| 08   | <b>Resistor de Frenagem,</b> compatível com Elevador EMC (600 kg).   | 622885 | <b>unid.</b> | 2      | R\$ 1.200,00  | R\$ 2.400,00  |
| 09   | <b>Módulo Operador,</b> compatível com Elevador EMC (600 kg).  | 617010 | <b>unid.</b> | 2      | R\$ 2.900,00  | R\$ 5.800,00  |
| 10   | <b>Limites de Emergência,</b> compatível com Elevador EMC (600 kg).  | 436442 | <b>unid.</b> | 2      | R\$ 230,00    | R\$ 460,00    |
| 11   | <b>Sensores Caneta,</b> compatível com Elevador EMC (600 kg).  | 254246 | <b>unid.</b> | 2      | R\$ 157,00    | R\$ 314,00    |



|                    |   |        |              |   |              |                       |
|--------------------|---|--------|--------------|---|--------------|-----------------------|
| 12                 | <b>Botoeira de Chamado de Pavimento</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg). | 627605 | <b>unid.</b> | 2 | R\$ 315,00   | R\$ 630,00            |
| 13                 | <b>Botoeira de Chamado de Cabine</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).    | 363144 | <b>unid.</b> | 2 | R\$ 1.800,00 | R\$ 3.600,00          |
| 14                 | <b>Central de Emergência</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).            | 601062 | <b>unid.</b> | 2 | R\$ 890,00   | R\$ 1.780,00          |
| 15                 | <b>Limitador de Velocidade</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).          | 485164 | <b>unid.</b> | 2 | R\$ 4.200,00 | R\$ 8.400,00          |
| 16                 | <b>Polia Tensora</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).                    | 621249 | <b>unid.</b> | 2 | R\$ 1.300,00 | R\$ 2.600,00          |
| 17                 | <b>Cabos de Aço</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).                     | 621251 | <b>unid.</b> | 5 | R\$ 6.700,00 | R\$ 33.500,00         |
| <b>VALOR TOTAL</b> |   |        |              |   |              | <b>R\$ 106.804,00</b> |

**Atenção:**

O valor estimado é o valor máximo aceitável para efeito de adjudicação.

A especificação técnica do item no arquivo PDF a ser baixado juntamente com o arquivo do Edital no Compras.gov.br (RELAÇÃO DE ITEM geralmente é obtida a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editável, em alguns casos, pelo órgão promotor do certame. Portanto, sempre que tal especificação não corresponder à descrição do Termo de Referência, prevalecerá a que consta do TR.

- 1.2. O objeto desta contratação **não se enquadra como sendo bem de luxo**, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21 e Resolução 02/2023, da Câmara Municipal de Guaíra/PR.
- 1.3. O objeto caracteriza-se como **bem comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. Vigência contratual: **12 (doze) meses** a partir da assinatura do contrato.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 106.804,00 (cento e seis mil, oitocentos e quatro reais)**.

## **2. A FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A fundamentação da contratação e a descrição do objeto encontram-se baseados no Estudo Técnico Preliminar (Apêndice deste Termo de Referência), elaborado na fase interna do processo de contratação.

## **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao



objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho; bem como toda a qualificação técnica, descritas no Termo de Referência.

**3.1.1.** Não poderão participar desta contratação: Empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.

**3.1.2. Sustentabilidade:** A empresa deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União <https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>;

**3.1.3. Bens de luxo:** Não se enquadra em bens de luxo.

**3.1.4. Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação, tendo em vista a necessidade de fornecimento direto pelo contratado, garantindo a rastreabilidade e qualidade dos itens.

**3.1.5. Garantia da Contratação:** Não será exigida garantia contratual, considerando o baixo risco da contratação, a natureza de fornecimento de bens e o histórico de contratações similares, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/21.

**3.1.6.** Outros requisitos de contratação encontram-se baseadas no Estudo Técnico Preliminar (Apêndice deste Termo de Referência), elaborado na fase interna do processo de contratação.

### **3.2. Requisitos Técnicos Mínimos das Peças:**

**3.2.1.** As peças deverão ser novas, originais ou compatíveis com o elevador da marca EMC, modelo SECTRON, e deverão atender integralmente às especificações técnicas do fabricante, garantindo pleno funcionamento, segurança operacional e perfeita integração com os componentes já instalados (existentes).

**3.2.2.** No caso de peças compatíveis, deve ser demonstrada **equivalência técnica** em relação às peças originais, por meio de documentação idônea.

**3.2.3.** Atender às normas da ABNT e, quando aplicável, às certificações do INMETRO.

**3.2.4.** Atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**3.2.5.** É obrigatória a indicação de marca dos produtos ofertados, sob pena de desclassificação.

**3.2.6.** A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar catálogos, manuais técnicos ou fichas de especificação dos itens ofertados, com informações suficientes para verificação de conformidade.

**3.2.7.** A não apresentação ou insuficiência da documentação técnica implicará desclassificação da proposta.

**3.2.8.** Sempre que solicitado, deverão ser apresentados documentos que comprovem a origem e qualidade das peças (nota fiscal, certificados e fichas técnicas).

### **3.3. Padronização e compatibilidade**

**3.3.1.** A contratação deverá observar os princípios da padronização e da compatibilidade, garantindo integração com os componentes já instalados e evitando prejuízos à manutenção e o funcionamento do equipamento.

### **3.4. Quantitativos**

**3.4.1.** Os quantitativos previstos são estimativos, podendo a Câmara Municipal de Guaíra-PR demandar conforme sua necessidade, sem obrigação de aquisição do total estimado.

### **3.5. Assistência Técnica no Período de Garantia**

**3.5.1.** Os itens devem possuir garantia mínima de 90 dias, conforme o Código de Defesa do Consumidor, contados a partir da entrega com a respectiva nota fiscal eletrônica.



**3.5.2.** A licitante vencedora deverá garantir a qualidade dos produtos, substituindo imediatamente, às suas expensas, quaisquer itens adulterados, inutilizáveis ou fora das especificações técnicas.

**3.5.3.** A garantia deverá abranger:

I – Defeitos de fabricação;

II – Falhas de funcionamento;

III – Vícios ocultos;

IV – Substituição de peças e componentes defeituosos.

**3.5.4.** A assistência técnica consistirá na reparação ou substituição de itens defeituosos no prazo de até 05 dias úteis, durante todo o período de garantia.

#### **4. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)**

##### **4.1. Prazo e local de entrega**

**4.1.1.** Local de entrega Câmara Municipal de Guaíra/PR, Praça João XXIII, nº 200, Centro, Guaíra/PR, CEP 85.980-123.

**4.1.2.** Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, contendo externamente identificação do produto, fabricante, lote (quando aplicável), quantidades e demais informações exigidas pela legislação vigente, de modo a garantir a integridade durante o transporte e armazenamento.

**4.1.3.** A entrega das peças ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da emissão da ordem de compra.

**4.1.4.** O prazo poderá ser prorrogado, desde que haja solicitação formal da contratada, devidamente justificada, apresentada com antecedência mínima de 1 (um) dia útil antes do término do prazo originalmente estabelecido, ficando a prorrogação condicionada à análise e autorização da Administração.

**4.1.5.** Todas as despesas com transporte, embalagem, carga, descarga e demais custos necessários à entrega correrão por conta da CONTRATADA.

##### **4.2. Recebimento do Objeto**

**4.2.1.** O recebimento do objeto observará o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e ocorrerá em duas etapas:

**4.2.1.1. Recebimento Provisório:** no ato da entrega, para verificação inicial dos quantitativos e das condições aparentes dos produtos.

**4.2.1.2. Recebimento Definitivo:** após verificação da conformidade com as especificações técnicas, qualidade, funcionamento e compatibilidade dos itens, mediante ateste do fiscal do contrato.

**4.2.2.** O objeto da contratação poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, assim como as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas neste Termo de Referência e seus apêndices, devendo a CONTRATADA promover sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus para a Administração.

**4.2.3.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto à qualidade, funcionamento e eventual ocorrência de vícios ocultos.

**4.2.4.** O prazo para pagamento ficará suspenso enquanto houver pendências relacionadas à entrega, qualidade ou conformidade dos itens fornecidos

**4.2.5.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por eventuais defeitos de fabricação dos produtos fornecidos.

#### **5. DA VISITA TÉCNICA (FACULTATIVA)**

**5.1.** Não se aplica a esta contratação.



**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)**

**6.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

**6.1.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**6.1.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, com registro por simples apostila;

**6.1.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

**6.1.4.** O fiscal do contrato manterá a responsabilidade formal pela fiscalização, cabendo-lhe registrar ocorrências, solicitar providências e adotar medidas cabíveis, conforme art. 117, §3º da Lei nº 14.133/2021.

**6.1.4.1.** O fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil, quaisquer situações que demandem decisão ou providência que ultrapasse sua competência (art. 117, §2º);

**6.1.5.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

**6.1.6.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

**6.1.7.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*);

**6.1.8.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

**6.1.9.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

**6.1.10.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

**6.1.11.** Antes do pagamento da Nota Fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

**6.1.12.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Prova de Regularidade Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

**6.1.13.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**6.2. Dos Critérios de Aferição**

**6.2.1.** A aferição do objeto contratado ocorrerá mediante verificação da conformidade das peças fornecidas com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

**6.2.2.** Para fins de aferição, serão observados, no mínimo:

**6.2.2.1.** Conferência dos quantitativos entregues;

**6.2.2.2.** Verificação da integridade física das peças;

**6.2.2.3.** Compatibilidade com as especificações técnicas exigidas;

**6.2.2.4.** Identificação do fabricante, origem e demais informações constantes da embalagem ou documentação;

**6.2.3.** Constatada qualquer desconformidade, o objeto poderá ser recusado, no todo ou em parte,





devendo a CONTRATADA promover a substituição dos itens em desacordo, sem ônus para a Administração, no prazo estabelecido.

**6.2.4.** A aferição satisfatória é condição para o recebimento definitivo do objeto e para a posterior liquidação e pagamento da despesa.

**6.2.5.** O prazo para a solução de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal não será computado para fins de recebimento definitivo.

### **6.3. Prazo e forma de pagamento**

**6.3.1.** O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento do objeto acompanhado da Nota Fiscal/Fatura.

**6.3.2.** A Nota Fiscal/Fatura, assim como os documentos de regularidade fiscal e comprobatórios da entrega do objeto deverão ser encaminhadas ao e-mail [recebimento@guaira.gov.br](mailto:recebimento@guaira.gov.br).

**6.3.2.1. Observação:** A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura a descrição dos itens fornecidos, em conformidade com o objeto contratado, contendo a identificação da(s) peça(s), quantitativo(s) entregue(s) e demais informações necessárias à correta conferência do objeto pela Administração.

**6.3.2.2.** A ausência dessa informação poderá ensejar a **não aceitação da Nota Fiscal**, interrompendo o prazo legal de pagamento até que seja realizada a devida correção, sem qualquer ônus à Administração.

**6.3.3. A Nota Fiscal/Fatura será recusada** quando:

**6.3.3.1.** Não acompanhada dos documentos/relatórios exigidos;

**6.3.3.2.** Houver divergência entre o objeto entregue e o contratado;

**6.3.3.3.** Houver pendências de correção ou substituição de peças relativas ao objeto contratado;

**6.3.4.** A recusa da Nota Fiscal interrompe o **prazo de pagamento**, reiniciando sua contagem quando a situação estiver regularizada.

**6.3.5.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**6.3.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**6.3.7.** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ em que:}$$

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

**6.3.8.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

**6.3.9.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

**6.3.10.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

**6.3.10.1.** Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

**6.3.10.2.** Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou



entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**6.3.11.** Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**6.3.12.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**6.3.13.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**6.3.14.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

**6.3.15.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**6.3.16.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.3.17.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. **No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial**, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **7. DAS SANÇÕES**

**7.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

**7.1.1.** a) der causa à inexecução parcial do contrato;

**7.1.2.** b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**7.1.3.** c) der causa à inexecução total do contrato;

**7.1.4.** d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**7.1.5.** e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**7.1.6.** f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**7.1.7.** g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**7.1.8.** h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

**7.1.9.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**7.1.10.** I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**7.1.11.** II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**7.1.12.** III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.1.13.** IV) Multa:

**7.1.14.** (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**7.1.15.** (2) moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação,



suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

**7.1.16.** (3) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**7.1.17.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**7.1.18.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).;

**7.1.19.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

**7.1.20.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**7.1.21.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

**7.1.22.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

**7.1.23.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

**7.1.24.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**7.1.25.** as peculiaridades do caso concreto;

**7.1.26.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**7.1.27.** os danos que dela provierem para o Contratante;

**7.1.28.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

**7.1.29.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

**7.1.30.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

**7.1.31.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

**7.1.32.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

**7.1.33.** As notificações objeto do presente caput, será efetuada e encaminhada por e-mail, no endereço eletrônico constante no contrato.



## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **8.1. Compete à Contratante:**

- 8.1.1.** Receber e conferir o objeto contratado, com base na Ordem de Compra, na Nota Fiscal e no Contrato firmado;
- 8.1.2.** Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, em conformidade com as cláusulas contratuais e com o Termo de Referência.
- 8.1.3.** Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e o Termo de Referência.
- 8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor formalmente designado para tal finalidade, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.5.** Recusar, no todo ou em parte, o objeto que estiver em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e no contrato, podendo, quando cabível, aplicar as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.6.** Notificar formalmente a Contratada acerca de quaisquer irregularidades verificadas, fixando prazo para a devida regularização.
- 8.1.7.** Aplicar as penalidades administrativas e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- 8.1.8.** Efetuar o pagamento à Contratada, nas condições e prazos estabelecidos no contrato, desde que devidamente cumpridas as exigências contratuais.
- 8.1.9.** Impedir que terceiros executem o fornecimento do objeto desta licitação.
- 8.1.10.** Rejeitar, total ou parcialmente, bens ou serviços entregues em desconformidade com o Termo de Referência ou com o instrumento contratual.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **9.1. Compete à Contratada:**

- 9.1.1.** Fornecer as peças de acordo com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada;
- 9.1.2.** Efetuar a entrega das peças em perfeitas condições de uso e conformidade, nos prazos e locais estabelecidos, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal e dos dados bancários atualizados.
- 9.1.3.** Responsabilizar-se integralmente por vícios, defeitos ou danos decorrentes das peças fornecidas, nos termos da legislação aplicável.
- 9.1.4.** Observar todas as normas técnicas aplicáveis ao objeto, especialmente as normas da ABNT, INMETRO e demais regulamentações pertinentes.
- 9.1.5.** Atender às orientações e determinações do fiscal ou gestor do contrato, prestando, de forma tempestiva, todas as informações solicitadas.
- 9.1.6.** Corrigir, reparar ou substituir, às suas expensas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da notificação formal, quaisquer vícios, falhas ou desconformidades identificadas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rejeição do objeto e rescisão contratual.
- 9.1.7.** Responder por quaisquer danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato, independentemente de fiscalização ou acompanhamento pela Administração.
- 9.1.8.** Assumir os riscos decorrentes da elaboração da proposta, inclusive quanto a eventuais custos adicionais ou variações de mercado, salvo hipóteses legalmente previstas.
- 9.1.9.** Arcar com todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e demais custos incidentes sobre o fornecimento das peças.
- 9.1.10.** Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório.
- 9.1.11.** Incluir nos preços ofertados todas as despesas necessárias à execução do objeto, tais como



transporte, embalagem, seguros, carga, descarga e demais custos diretos e indiretos.

**9.1.12.** Comunicar formalmente qualquer ocorrência ou anormalidade que possa comprometer a execução do contrato.

**9.1.13.** Executar diretamente o objeto contratado, sendo vedada a subcontratação do contrato.

**9.1.14.** Atender prontamente às reclamações relativas à qualidade das peças fornecidas, adotando as medidas necessárias à sua regularização.

**9.1.15.** Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade que possa comprometer o fornecimento do objeto contratado.

**9.1.16.** É vedada a contratação de servidor ou membro da Câmara Municipal de Guaíra, inclusive ocupante de cargo em comissão, durante a vigência do contrato.

**9.1.17.** A divulgação de informações ou publicidade referente ao objeto contratual somente poderá ocorrer mediante prévia autorização da Contratante.

**9.1.18.** Cumprir todas as normas de segurança, técnicas e regulamentares aplicáveis ao objeto, no âmbito federal, estadual e municipal.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

**10.1.** O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento a ser definido em Edital ou Aviso de Contratação Direta, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

### **10.2. Exigências de habilitação**

**10.3.** Os documentos previstos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021. (conforme edital).

**10.4.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**10.5.** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

**10.5.1.** SICAF.

**10.5.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e

**10.5.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**10.5.4.** Cadastro do TCE/PR de impedimento de licitar (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>).

**10.6.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**10.7.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**10.8.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

**10.9.** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**10.10.** É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**10.11.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.





**10.12.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**10.13.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**10.14. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar, cumulativamente, os seguintes requisitos de habilitação:**

**10.15. Habilitação Jurídica:**

**10.15.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**10.15.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**10.15.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**10.15.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.15.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

**10.15.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.15.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

**10.15.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**10.15.9.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do artigo 4º, inciso I, do artigo 21, e §§ 2º a 6º do artigo 42 da Lei nº 5.764/1971;

**10.15.10.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**10.16. Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

**10.16.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**10.16.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

**10.16.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**10.16.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da



Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**10.16.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes ESTADUAL, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**10.16.5.1.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

**10.16.6.** Prova de regularidade com a Fazenda MUNICIPAL/DISTRITAL e ESTADUAL do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**10.16.6.1.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

**10.17. Habilitação Econômica e Financeira:**

**10.17.1.** Não se aplica

**10.18. Habilitação Técnica:**

**10.18.1.** Não se aplica.

**10.19.** Outros documentos que poderão ser solicitados pelo pregoeiro, sem caráter de habilitação:

**10.19.1.** Termo de Indicação de Preposto (Anexo I - A,) do Termo de Referência.

**10.19.2.** Declaração de não vínculo com servidor público (Anexo I - B), do Termo de Referência.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos:

**11.1.1.** FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 01.001.01.031.0001.2001

**11.1.2.** ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.30.0000 Material de Consumo

**11.1.3.** DESDOBRAMENTO DA DESPESA: 3.3.90.30.2400 Material para Manutenção de Bens Imóveis.

**11.1.4.**

## **ANEXO I A - DO EDITAL - TERMO DE INDICAÇÃO DE PREPOSTO TERMO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO (MODELO)**

Ref.: xx nº xx/2026

Objeto:

..... Por meio deste instrumento, a (nome da empresa) nomeia e constitui seu (sua) preposto (a), o (a) Sr. (a) (nome do preposto), carteira de identidade nº....., expedida pela .....inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº....., com endereço

....., a qual poderá ser contactado através dos seguintes meios: telefone (comercial) ....., telefone/celular (WhatsApp) ....., e-mail ..... para receber ofícios, representar a CONTRATADA, receber solicitações e orientações para o cumprimento do contrato, notificações de descumprimento, de aplicação de penalidades, de rescisão, de convocação ou tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais, e todas as demais que imponham, ou não, a abertura de

30 de 51





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



processo administrativo ou prazo para a contratada responder ou tomar providências, e para representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica desta nomeação, que é a condução do contrato acima identificado.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Nome do Representante Legal Função \_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura Preposto \_\_\_\_\_

**ANEXO I B – DO EDITAL - DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO COM SERVIDOR PÚBLICO (MODELO)**

Ref.: xx nº xx/2026

Objeto:

\_\_\_\_\_.

A empresa \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_ sob CNPJ nº \_\_\_\_./\_\_\_\_-\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, declara para os devidos efeitos e sob penas da lei, que não possui servidor integrante do quadro funcional da Câmara Municipal de Guaíra, seja como sócio, cotista ou dirigente, ou ainda, cônjuge, companheiro, parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor público da Câmara Municipal de Guaíra, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança. Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração, por cujo teor assumo inteira responsabilidade.

Local e data \_\_\_\_\_  
(carimbo, nome, CPF/RG nº e assinatura do responsável legal)

Observação: Ao redigir o presente Documento, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 15/06/2026 15:51 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p7901a0664f32c>



**APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**  
**PROCESSO DIGITAL Nº 6521/2026**

**Data da Solicitação:** 14 de abril de 2026

**Solicitante:** Adalton Raimundo da Cunha

**Cargo:** Diretor Administrativo

**1. OBJETO**

**1.1.** Registro de Preços para fornecimento de peças genuínas de alta complexidade, necessárias a manutenção e reparo do elevador social da Câmara Municipal de Guaíra-PR, marca EMC, modelo SECTRON, com capacidade para 8 passageiros, peso máximo de 600 kg e tensão trifásica de 220V.

**2. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES (art. 18º, §1º, IV da Lei nº 14.133/21)**

**2.1.** Os quantitativos foram definidos com base no histórico de manutenção do equipamento, vida útil dos componentes e possibilidade de falhas imprevisíveis.

**2.2.** Adotou-se quantitativo estimativo com margem de segurança, considerando a necessidade de pronta reposição.

**2.3.** Os quantitativos são estimados, podendo variar conforme a demanda, sendo o Sistema de Registro de Preços adequado para essa flexibilidade.

| Item | Catmat | Descrição do Produto   | Unidade | Quant. |
|------|--------|--|---------|--------|
| 01   | 618659 | <b>Módulo de Unidade de Controle Central (CPU)</b> original da marca Elevador EMC ou compatível, modelo SECTRON. | unid.   | 2      |
| 02   | 622751 | <b>Módulo Interface</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).  | unid.   | 2      |
| 03   | 363146 | <b>Módulo de Chamado</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).   | unid.   | 2      |
| 04   | 618660 | <b>Módulo de Cabine</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg),  | unid.   | 2      |
| 05   | 358337 | <b>IPD's</b> – Interface de Proteção e Diagnóstico do elevador EMC SECTRON,                                      | unid.   | 2      |
| 06   | 485369 | <b>Botão de Chamado</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg)   | unid.   | 2      |
| 07   | 622855 | <b>Inversor de Frequência</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg)   | unid.   | 2      |
| 08   | 622885 | <b>Resistor de Frenagem</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).  | unid.   | 2      |
| 09   | 617010 | <b>Módulo Operador</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).   | unid.   | 2      |
| 10   | 436442 | <b>Limites de Emergência</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).   | unid.   | 2      |
| 11   | 254246 | <b>Sensores Caneta</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).   | unid.   | 2      |
| 12   | 627605 | <b>Botoeira de Chamado de Pavimento</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).                                  | unid.   | 2      |



|    |        |  |              |   |
|----|--------|--|--------------|---|
| 13 | 363144 | <b>Botoeira de Chamado de Cabine</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg). | <b>unid.</b> | 2 |
| 14 | 601062 | <b>Central de Emergência</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).         | <b>unid.</b> | 2 |
| 15 | 485164 | <b>Limitador de Velocidade</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).       | <b>unid.</b> | 2 |
| 16 | 621249 | <b>Polia Tensora</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).                 | <b>unid.</b> | 2 |
| 17 | 621251 | <b>Cabos de Aço</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).                  | <b>unid.</b> | 5 |

### 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, I, da Lei n. 14.133/2021)

3.1. Conforme o Documento de Formalização da Demanda (DFD), a presente contratação tem por objeto a aquisição de **peças genuínas (originais) ou compatíveis de alta complexidade**, destinadas à **manutenção corretiva do elevador social** da Câmara Municipal de Guaíra-PR, marca EMC, modelo SECTRON, com capacidade para 8 (oito) passageiros (600 kg) e alimentação trifásica de 220V.

3.2. A contratação justifica-se pela necessidade de garantir o pleno funcionamento do elevador, equipamento essencial para assegurar a acessibilidade às dependências do órgão, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida, bem como para a continuidade da prestação dos serviços públicos.

3.3. Atualmente, o órgão mantém o Contrato nº 37/2024, que prevê manutenção preventiva, corretiva e emergencial, incluindo fornecimento de **peças de baixa complexidade**.

3.4. No entanto, **peças de alta complexidade** não estão contempladas no contrato vigente, em razão de sua especificidade técnica, elevado custo e imprevisibilidade de demanda.

3.5. A eventual indisponibilidade dessas peças pode ocasionar a **paralisação do elevador**, comprometendo diretamente a acessibilidade e o funcionamento regular das atividades institucionais.

3.6. Diante disso, evidencia-se a necessidade de uma contratação específica para fornecimento dessas peças, garantindo pronta reposição em casos de falhas ou defeitos.

3.7. Ressalta-se que a instalação e substituição das peças continuarão a ser realizadas pela empresa contratada no âmbito do Contrato nº 37/2024, ficando a presente contratação restrita exclusivamente ao fornecimento das peças.

3.8. Considerando que a demanda por essas peças é eventual e imprevisível, a aquisição prévia com formação de estoque não se mostra eficiente nem econômica.

3.9. Assim, a adoção do Sistema de Registro de Preços apresenta-se como a solução mais adequada, por permitir aquisições sob demanda, com maior eficiência, economicidade e melhor planejamento dos recursos públicos.

### 4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Art. 18, § 1º, II, da Lei n. 14.133/2021)

4.1. A necessidade da contratação foi evidenciada no **planejamento anual de contratações** da Câmara Municipal de Guaíra, item 56, publicado em 08 de janeiro de 2026, no Diário Oficial do Município, Portaria 01/2026.

### 5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, III, da Lei n. 14.133/2021)

5.1. **Condições de participação:**

5.1.1. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao





objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho; bem como toda a qualificação técnica, descritas no Termo de Referência;

**5.1.2.** Não poderão participar desta contratação: Empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente;

**5.2. Natureza do Objeto:**

**5.2.1.** O objeto é classificado como de natureza **COMUM**, com padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente no Termo de Referência e em especificações usuais de mercado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**5.3. Sustentabilidade:** A empresa deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

**5.4. Bens de luxo:** Não se enquadra em bens de luxo.

**5.5. Subcontratação:** Não se mostra necessária a subcontratação, considerando que o objeto consiste no fornecimento de peças, atividade que pode ser plenamente executada por empresas do ramo, sem necessidade de fracionamento da execução.

**5.6. Garantia da Contratação (art. 96 da Lei nº 14.133/2021):** Considerando o baixo risco da contratação, a natureza do objeto (fornecimento de bens comuns) e o valor estimado, não se identifica, neste momento, necessidade de exigência de garantia contratual.

**5.7. Visita Técnica:** Não se aplica à presente contratação. Não se verifica necessidade de realização de visita técnica, uma vez que o objeto consiste no fornecimento de peças padronizadas, cujas especificações podem ser plenamente descritas no Termo de Referência.

**5.8. Participação de consórcios:** A participação de consórcios não será admitida neste procedimento, em conformidade com a Lei nº 14.133/21. Considerando a natureza do fornecimento de peças e a capacidade técnica exigida, a contratação será voltada a empresas individualmente habilitadas, garantindo ampla competitividade e não restringindo o universo de licitantes qualificados.

**5.9. Requisitos da Contratação:**

**5.9.1.** Considerando que o objeto é caracterizado como bem comum, com especificações objetivas e comparáveis, a tendência é adoção de critério de julgamento baseado em **menor preço global**.

**5.9.2.** A licitação adotará o **Sistema de Registro de Preços**, considerando que:

**5.9.2.1.** A natureza do objeto impossibilita a definição prévia do quantitativo exato a ser consumido durante o ano.

**5.10. Requisitos Técnicos Mínimo das Peças:**

**5.10.1.** As peças deverão ser novas, originais ou compatíveis com o elevador da marca EMC, modelo SECTRON, e deverão atender integralmente às especificações técnicas do fabricante, garantindo pleno funcionamento, segurança operacional e perfeita integração com os componentes já instalados.

**5.10.2.** No caso de peças compatíveis, deve ser demonstrada **equivalência técnica** em relação às peças originais, por meio de documentação idônea.

**5.10.3.** Atender às normas da ABNT e, quando aplicável, às certificações do INMETRO.

**5.10.4.** Atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**5.10.5.** É obrigatória a indicação de marca dos produtos ofertados, sob pena de desclassificação.

**5.10.6.** A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar catálogos, manuais técnicos ou fichas de especificação dos itens ofertados, com informações suficientes para verificação de conformidade.

**5.10.7.** A não apresentação ou insuficiência da documentação técnica implicará desclassificação da



proposta.

**5.10.8.** Sempre que solicitado, deverão ser apresentados documentos que comprovem a origem e qualidade das peças (nota fiscal, certificados e fichas técnicas).

**5.11. Padronização e compatibilidade:**

**5.11.1.** A contratação deverá observar os princípios da padronização e da compatibilidade, garantindo integração com os componentes já instalados e evitando prejuízos à manutenção do equipamento.

**5.12. Quantitativos:**

**5.12.1.** Os quantitativos previstos são estimativos, podendo a Câmara Municipal de Guaíra/PR demandar conforme sua necessidade, sem obrigação de contratação do total estimado.

**5.13. Assistência Técnica no Período de Garantia**

**5.13.1.** Os itens devem possuir garantia mínima de 90 dias, conforme o Código de Defesa do Consumidor, contados a partir da entrega com a respectiva nota fiscal eletrônica.

**5.13.2.** A licitante vencedora deverá garantir a qualidade dos produtos, substituindo imediatamente, às suas expensas, quaisquer itens adulterados, inutilizáveis ou fora das especificações técnicas.

**5.13.3.** A garantia deverá abranger:

I – Defeitos de fabricação;

II – Falhas de funcionamento;

III – Vícios ocultos;

IV – Substituição de peças e componentes defeituosos.

**5.13.4.** A assistência técnica consistirá na reparação ou substituição de itens defeituosos no prazo de até 05 dias úteis, durante todo o período de garantia.

**5.14. Prazos e Local de Entrega**

**5.14.1.** Local de entrega Câmara Municipal de Guaíra/PR, Praça João XXIII, nº 200, Centro, Guaíra/PR.

**5.14.2.** Todos os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, contendo externamente data de fabricação, validade, identificação do produto, quantidades e demais informações exigidas pela legislação, garantindo segurança no consumo e transporte.

**5.14.3.** A entrega das peças ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda da Administração, no prazo máximo a ser definido no Termo de Referência, contado da emissão da ordem de compra.

**5.14.4.** O fornecedor deve cumprir rigorosamente os **prazos de entrega** estabelecidos.

**6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Art. 18, § 1º, V, da Lei n. 14.133/2021)**

**6.1.** O levantamento de mercado foi realizado por meio de consultas a contratações similares, bases públicas de preços e tentativas de obtenção de orçamentos junto a fornecedores especializados no fornecimento de peças para elevadores.

**6.2.** Foram consultadas 7 (sete) empresas do ramo, mediante solicitação formal de orçamento, com vistas à identificação de fornecedores aptos a atender a demanda (comprovantes em anexo na pesquisa de preços).

**6.3.** Adicionalmente, registraram-se 4 (quatro) recusas formais de fornecimento, sendo que uma das empresas justificou a recusa sob o argumento de que o equipamento é antigo e considerado obsoleto, o que dificulta a disponibilidade de peças no mercado.

**6.4.** Também foi realizada tentativa de contato direto com o fabricante do equipamento (Elevadores EMC), por meio de busca em canais públicos, não sendo possível estabelecer comunicação efetiva até o momento.

**6.5.** Apesar das limitações identificadas, verificou-se que há possibilidade de fornecimento de peças compatíveis por empresas especializadas no ramo, conforme informado pela empresa que apresentou orçamento, a qual declarou viabilidade técnica para fornecimento de componentes equivalentes, garantindo o adequado funcionamento e segurança do equipamento.



**6.6.** A possibilidade de fornecimento de peças compatíveis amplia a competitividade do certame, evitando restrições indevidas e permitindo a participação de fornecedores que atuam com manutenção e reposição de componentes para elevadores de diversas marcas.

**6.7.** Ressalta-se que a efetiva competitividade será aferida no momento da realização do procedimento licitatório, quando os interessados poderão apresentar suas propostas.

**6.8.** Diante do exposto, conclui-se que, embora o mercado apresente limitações em razão da especificidade do equipamento, existem fornecedores aptos a atender à demanda, especialmente mediante o fornecimento de peças compatíveis, sendo viável a realização da contratação.

#### **6.9. ANÁLISE DE ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO**

**6.9.1.** Foram analisadas diferentes alternativas para atendimento da necessidade de fornecimento de peças destinadas à manutenção do elevador da Câmara Municipal, considerando aspectos técnicos, econômicos e de viabilidade de mercado.

**6.9.2.** Inicialmente, avaliou-se a possibilidade de contratação de empresa para execução de manutenção com fornecimento integral de peças, incluindo componentes de alta complexidade. Contudo, verificou-se que a Câmara Municipal já possui contrato vigente que contempla a manutenção preventiva e corretiva do elevador, incluindo o fornecimento de peças de baixa complexidade. Assim, a ampliação do escopo contratual para abarcar também peças de alta complexidade poderia resultar em elevação dos custos globais da contratação, além de reduzir a transparência na formação de preços, dificultando a aferição da economicidade e o controle individualizado dos valores praticados para cada componente.

**6.9.3.** Também foi considerada a aquisição de peças exclusivamente originais junto ao fabricante ou representante autorizado. Entretanto, essa alternativa mostrou-se limitada, tendo em vista a dificuldade de contato com o fabricante do equipamento (Elevadores EMC), bem como indícios de restrição de mercado, o que pode comprometer a competitividade do certame.

**6.9.4.** Outra alternativa analisada foi a formação de estoque prévio de peças. Todavia, essa opção não se mostra eficiente, considerando a imprevisibilidade da demanda, o elevado custo de determinados componentes e o risco de obsolescência dos itens, o que pode gerar desperdício de recursos públicos.

**6.9.5.** A aquisição sob demanda, sem utilização de Sistema de Registro de Preços, também foi avaliada. Verificou-se, contudo, que essa modalidade compromete a agilidade na reposição de peças, podendo acarretar paralisação do elevador e prejuízos à continuidade dos serviços prestados pela Administração.

**6.9.6.** Importante destacar que o levantamento de mercado evidenciou limitações na oferta de fornecedores, com baixo retorno às solicitações de orçamento, tendo sido obtida apenas uma proposta válida e registradas quatro recusas formais dentre sete consultas realizadas.

**6.9.7.** Apesar dessas limitações, verificou-se a viabilidade de fornecimento de peças compatíveis por empresas especializadas, as quais podem garantir o adequado funcionamento e a segurança do equipamento, ampliando a competitividade da contratação e evitando restrições indevidas ao certame.

**6.9.8.** Diante do exposto, conclui-se que a alternativa mais adequada consiste **na aquisição de peças originais ou compatíveis, por meio de procedimento licitatório com utilização do Sistema de Registro de Preços**, solução que proporciona maior eficiência, economicidade, flexibilidade e segurança na gestão da contratação, especialmente diante da imprevisibilidade da demanda e das condições verificadas no mercado.

#### **6.10. Matriz de Riscos**

| Risco                        | Causa                      | Probabilidade | Impacto | Medidas Mitigadoras                         |
|------------------------------|----------------------------|---------------|---------|---|
| Restrição de competitividade | Especificidade técnica das | Baixa         | Média   | Permitir peças originais ou compatíveis com |



|  |  |       |       |  |
|--|--|-------|-------|--|
|  | peças (marca/modelo)                                 |       |       | comprovação técnica  |
| Atraso na entrega                                    | Problemas logísticos ou indisponibilidade de estoque | Média | Alta  | Definir prazos contratuais claros e aplicar penalidades; utilização de SRP |
| Peças incompatíveis                                  | Falha na especificação ou proposta inadequada        | Baixa | Alta  | Exigir catálogos, fichas técnicas e validação técnica                      |
| Fornecimento de peças com defeito ou baixa qualidade | Baixa qualidade ou falha de fabricação               | Baixa | Alta  | Exigir garantia mínima e substituição imediata                             |
| Paralisação do elevador                              | Demora na reposição de peça                          | Média | Alta  | Uso de SRP para aquisição ágil   |
| Superestimativa de quantitativo                      | Planejamento baseado em estimativa                   | Média | Baixa | Aquisição sob demanda via SRP  |

#### 6.11. Há justificativa para a Contratação Emergencial?

6.11.1. A contratação emergencial não se aplica a este objeto.

#### 6.12. Impactos da Não Aquisição do Objeto.

6.12.1. O não fornecimento de peças de alta complexidade originais ou compatíveis para o elevador social podem acarretar os seguintes impactos: Interrupção do funcionamento do elevador, comprometendo a acessibilidade; risco à segurança dos usuários; danos ao equipamento; aumento de custos futuros; não conformidade com as normas técnicas da ABNT de equipamento vertical.

### 7. ESTIMATIVA PRELIMINAR DOS PREÇOS (Art. 18, § 1º, VI, da Lei n. 14.133/2021)

7.1. Com base na mediana de mercado apurada por meio de pesquisa de preços, estima-se o custo total de R\$ 106.804,00 (cento e seis mil oitocentos e quatro reais).

7.2. Os elementos descritos neste instrumento são os mínimos necessários para assegurar que a contratação ocorra de forma satisfatória, com as mínimas condições de qualidade exigidas, e ainda, assegurar o gasto racional dos recursos públicos.

| Item | Descrição do Produto   | Catmat | Unidade | Quant. | Vlr. Unit.   | Vlr. Total   |
|------|--|--------|---------|--------|--------------|--------------|
| 01   | <b>Módulo de Unidade de Controle Central (CPU)</b> original da marca Elevador EMC ou compatível, modelo SECTRON. | 618659 | unid.   | 2      | R\$ 4.530,00 | R\$ 9.060,00 |
| 02   | <b>Módulo Interface,</b> compatível com Elevador EMC (600 kg).   | 622751 | unid.   | 2      | R\$ 2.820,00 | R\$ 5.640,00 |



|    |   |        |              |   |               |               |
|----|---|--------|--------------|---|---------------|---------------|
| 03 | <b>Módulo de Chamado</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).                | 363146 | <b>unid.</b> | 2 | R\$ 3.560,00  | R\$ 7.120,00  |
| 04 | <b>Módulo de Cabine</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg),                 | 618660 | <b>unid.</b> | 2 | R\$ 635,00    | R\$ 1.270,00  |
| 05 | <b>IPD's</b> – Interface de Proteção e Diagnóstico do elevador EMC SECTRON,     | 358337 | <b>unid.</b> | 2 | R\$ 325,00    | R\$ 650,00    |
| 06 | <b>Botão de Chamado</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg)                  | 485369 | <b>unid.</b> | 2 | R\$ 190,00    | R\$ 380,00    |
| 07 | <b>Inversor de Frequência</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg)            | 622855 | <b>unid.</b> | 2 | R\$ 11.600,00 | R\$ 23.200,00 |
| 08 | <b>Resistor de Frenagem</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).             | 622855 | <b>unid.</b> | 2 | R\$ 1.200,00  | R\$ 2.400,00  |
| 09 | <b>Módulo Operador</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).                  | 617010 | <b>unid.</b> | 2 | R\$ 2.900,00  | R\$ 5.800,00  |
| 10 | <b>Limites de Emergência</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).            | 436442 | <b>unid.</b> | 2 | R\$ 230,00    | R\$ 460,00    |
| 11 | <b>Sensores Caneta</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).                  | 254246 | <b>unid.</b> | 2 | R\$ 157,00    | R\$ 314,00    |
| 12 | <b>Botoeira de Chamado de Pavimento</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg). | 627605 | <b>unid.</b> | 2 | R\$ 315,00    | R\$ 630,00    |
| 13 | <b>Botoeira de Chamado de Cabine</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).    | 363144 | <b>unid.</b> | 2 | R\$ 1.800,00  | R\$ 3.600,00  |
| 14 | <b>Central de Emergência</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).            | 601062 | <b>unid.</b> | 2 | R\$ 890,00    | R\$ 1.780,00  |
| 15 | <b>Limitador de Velocidade</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).          | 485164 | <b>unid.</b> | 2 | R\$ 4.200,00  | R\$ 8.400,00  |
| 16 | <b>Polia Tensora</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).                    | 621249 | <b>unid.</b> | 2 | R\$ 1.300,00  | R\$ 2.600,00  |
| 17 | <b>Cabos de Aço</b> , compatível com Elevador EMC (600 kg).                     | 621251 | <b>unid.</b> | 5 | R\$ 6.700,00  | R\$ 33.500,00 |
|    |   |        |              |   |               |               |





|                    |                   |
|--------------------|-------------------|
| <b>VALOR TOTAL</b> | <b>106.804,00</b> |
|--------------------|-------------------|

**8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 6º 18, § 1º, VII, da Lei n. 14.133/2021)**

- 8.1.** A solução adotada consiste na contratação, por meio de Sistema de Registro de Preços, de peças genuínas ou compatíveis de alta complexidade para o elevador social da Câmara Municipal de Guaíra/PR, marca EMC, modelo SECTRON, com capacidade para 8 passageiros (600 kg) e tensão trifásica de 220V.
- 8.2.** A utilização do Sistema de Registro de Preços possibilita flexibilidade, permitindo que a Administração adquira apenas os itens realmente necessários, evitando desperdício de recursos públicos e promovendo eficiência na gestão orçamentária.
- 8.3.** Essa contratação permitirá que, sempre que houver necessidade de substituição de componentes de alta complexidade não contemplados no Contrato nº 37/2024 de manutenção mensal, as peças possam ser adquiridas de forma rápida e segura, garantindo o pleno funcionamento do elevador e a continuidade do atendimento ao público, sem comprometer a acessibilidade.
- 8.4. A solução integra:**
- 8.4.1.** Aquisição das peças originais ou compatíveis;
- 8.4.2.** Entrega das peças diretamente na Câmara Municipal;
- 8.4.3.** Cumprimento rigoroso dos prazos contratuais;
- 8.4.4.** Conformidade técnica e normativa, incluindo normas da ABNT e certificações do Inmetro.

**9. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Art. 18, § 1º, VIII, da Lei n. 14.133/2021)**

- 9.1.** No caso concreto, não se mostra viável o parcelamento da solução, tendo em vista que os itens a serem contratados são tecnicamente interdependentes e destinados ao mesmo equipamento, de modo que sua divisão pode comprometer a padronização, a compatibilidade e o adequado funcionamento do elevador.
- 9.2.** A contratação em lote único assegura a uniformidade técnica dos componentes, evitando riscos de incompatibilidade entre peças e garantindo maior confiabilidade, segurança e desempenho do sistema do elevador.
- 9.3.** Ademais, o parcelamento poderia acarretar prejuízos à execução contratual, dificultando a gestão e a responsabilização por eventuais falhas, além de comprometer a eficiência na manutenção do equipamento.
- 9.4.** Sob o aspecto econômico, a contratação em lote único tende a proporcionar ganho de escala, ampliando a competitividade e possibilitando a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.
- 9.5.** Dessa forma, conclui-se que a contratação em lote único é a alternativa mais adequada, por razões de ordem técnica e econômica, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

**10. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Art. 18, § 1º, IX, da Lei n. 14.133/2021)**

- 10.1.** Garantir o pleno funcionamento do elevador da Câmara Municipal;
- 10.2.** Evitar paralisações prolongadas do equipamento;
- 10.3.** Assegurar a acessibilidade às dependências do órgão.;
- 10.4.** Promover maior eficiência na gestão da manutenção;
- 10.5.** Obter economicidade por meio de contratação sob demanda



**11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (Art. 18, § 1º, X, da Lei n. 14.133/2021)**

- 11.1. Autorização da autoridade competente.
- 11.2. Elaboração de Aviso de Contratação Direta ou Edital, conforme o caso.
- 11.3. Processamento da licitação.
- 11.4. Contratação/Contrato.
- 11.5. Designação de gestor e fiscal do contrato.

**12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)**

- 12.1. A presente contratação possui relação com o Contrato nº 37/2024, que trata da manutenção preventiva, corretiva e emergencial do elevador.
- 12.2. Trata-se de contratação complementar, uma vez que o contrato vigente não contempla o fornecimento de peças de alta complexidade.

**13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS (Art. 18, § 1º, XII, da Lei n. 14.133/2021)**

- 13.1. Não se aplica.

**14. VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18º, §1º, XIII da Lei nº 14.133/21)**

- 14.1. Diante da análise realizada neste Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a contratação é viável e necessária, considerando a demanda da Câmara Municipal de Guairá – PR já demonstrada neste Estudo Técnico Preliminar.
- 14.2. Ademais, a contratação atende aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, motivo pelo qual conclui-se pela viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo.



**ANEXO II DO EDITAL – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

**À CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA - PR**  
**PREGÃO ELETRÔNICO nº 03/2026**

Empresa:  
Razão Social:  
CNPJ:  
Endereço:  
Pessoa para contatos:  
Telefone:  
E-mail:

**PROPOSTA DE PREÇOS**

Vimos apresentar, através desta, em atendimento ao disposto no mencionado Edital, a nossa proposta para o objeto de contratação, conforme tabela abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO<br>ANEXO I | CONFORME | CATMAT | UNID | QUANT. | UNIT R\$ | TOTAL R\$ |
|------|----------------------|----------|--------|------|--------|----------|-----------|
| 01   |                      |          |        |      |        |          |           |

Declaramos que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas, e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

**Prazo de validade de: xx (mínimo 60) dias**, contados da data de abertura da licitação.

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta, e ainda que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital N° 03/2026 e em seus Anexos.

Esta proposta foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(Cidade), em \_\_ de \_\_\_\_ 2026.

\_\_\_\_\_  
**Nome do Representante Legal**

**Função**

*(Assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa proponente (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos)).*

**(\*Para o preenchimento correto da proposta, favor observar os ditames do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I)).**

**ANEXO III - DO EDITAL**



MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

Aos **[dia]** dias do mês de **[mês]** do ano de **[ano]**, a CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA – PR, inscrita no CNPJ sob o nº 77.849.289/0001-42, com sede na Praça João XXIII, nº 200, Centro, Guaíra/PR, neste ato representada por sua Presidente, Sra. Tereza Camilo dos Santos, devidamente qualificada nos autos do Processo Administrativo, doravante denominada CONTRATANTE, resolve registrar os preços apresentados pela empresa **[NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[nº do CNPJ]**, com sede na **[Endereço da empresa]**, neste ato representada por seu(sua) representante legal, Sr(a). **[NOME DO(A) REPRESENTANTE LEGAL]**, devidamente qualificado nos autos, doravante denominada CONTRATADA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **[Edital de licitação] OU [Aviso da Contratação Direta]**.

A presente Ata está vinculada ao Pregão Eletrônico nº **03/2026**, referente ao Processo Administrativo nº **10/2026** e Processo Digital **6521/2026**, conduzido em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 123/2006, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

#### 1. CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **[objeto]**, especificado(s) no(s) item(ns) **XX** do Termo de Referência, anexo **XX** do **[edital de licitação] OU [aviso da contratação direta]** n.º **xxxx/xxxx**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**1.2.** Os preços registrados e as quantidades máximas a serem contratadas por meio de contratos derivados desta Ata de Registro de Preços, são os que seguem:

| Item        | Cód | Qtd | Unid | Produto/Descrição | Mod.Marca | Vlr ref unit.<br>em R\$ | Vlr Total |
|-------------|-----|-----|------|-------------------|-----------|-------------------------|-----------|
| XXX         | XXX | XXX | XXX  | XXXXX             |           | XXX                     | XXX       |
| TOTAL (R\$) |     |     |      |                   |           |                         |           |

**1.3.** As quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços representam os limites máximos das necessidades e/ou possibilidades de aquisição anual dos produtos nela contemplados. Tais estimativas, contudo, não constituem obrigação para o órgão gerenciador quanto à contratação da totalidade dos itens registrados, tampouco das respectivas quantidades indicadas.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**2.1.** Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

#### CLAUSULA TERCEIRA –DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

**3.1.** O contratado obriga-se a aceitar, nas mesmas condições inicialmente pactuadas, as alterações que se fizerem necessárias nos quantitativos do objeto, por conveniência da Administração, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



- 3.2.** Os acréscimos ou supressões do objeto contratual não poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.3.** As alterações contratuais que não importarem modificação do valor contratual nem do objeto poderão ser formalizadas por meio de apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme estabelece o art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.4.** A eventual realização de acréscimos nos quantitativos registrados na presente Ata não implica, por si só, obrigação de contratação por parte da Administração, permanecendo as contratações condicionadas à conveniência, oportunidade e disponibilidade orçamentária.

#### **CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **12 (doze) meses**, contado da data da assinatura da Ata de Preços, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso para a Administração e conforme do órgão demandante (Câmara Municipal), nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.2.** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
- 4.2.1.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 4.2.2.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 4.3.** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO CONTROLE E REAJUSTE DE PREÇOS**

- 5.1.** Revisão da Ata: Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023).
- 5.2.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.3.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 5.4.** Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; Ou
- 5.5.** Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação;
- 5.6.** O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados.
- 5.7.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Contratante convocará o Contratado, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

#### **5. CLÁUSULA SEXTA- DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 6.1.** O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
- 6.1.1.** for liberado.





- 6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável.
- 6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- 6.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e
- 6.1.5. demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.
- 6.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
- 6.2.1. pelo decurso do seu prazo de vigência;
- 6.2.2. se não restarem fornecedores registrados;
- 6.2.3. por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
- 6.2.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.
- 6.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

- 7.1. Esta ata e as contratações dela decorrentes se regem pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 14.133/21 e da legislação correlata e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICIDADE**

- 8.1. O Extrato desta ata será publicado no PNCP (Portal Nacional de Contratações) e no Diário Eletrônico do Município.

#### **9. CLÁUSULA NONA – DO FORO**

- 9.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca De Guaíra - PR, para solucionar eventuais litígios decorrentes desta ata e contratações decorrentes

As partes firmam a presente ata, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Guaíra, [dia] de [mês] de 2026.

\_\_\_\_\_  
**CONTRATANTE - CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA**  
**TEREZA CAMILO DOS SANTOS/PRESIDENTE DO LEGISLATIVO**  
**GESTÃO 2025/2026**

\_\_\_\_\_  
**DETENTORA –**  
**REPRESENTANTE LEGAL -**





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 15/06/2026 15:51 -03:00 -03  
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p7901a0664f32c>



ANEXO IV  
MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/xxxx**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026**

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA – PR**, inscrita no CNPJ sob o nº 77.849.289/0001-42, com sede na Praça João XXIII, nº 200, Centro, Guaíra – PR, neste ato representada por sua Presidente, Sra. Tereza Camilo dos Santos, portadora do RG nº 4.813.470-0 e do CPF nº 662.248.379-53, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e, de outro lado, a empresa **[Nome da empresa]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[nº do CNPJ]**, com sede na **[Endereço da empresa]**, neste ato representada por seu(sua) representante legal, Sr(a). **[NOME DO(A) REPRESENTANTE LEGAL]**, devidamente qualificado nos autos, doravante denominada CONTRATADA; considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e demais normas aplicáveis, bem como o Processo Administrativo nº **[nº do processo]**, oriundo do Pregão Eletrônico nº **03/2026**, têm entre si, justa e contratada a celebração do presente contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA 1ª – OBJETO (art. 92, I e II)**

**1.1.** O objeto do presente contrato é a **[objeto]**.

| Item        | Cód | Qtd | Unid | Produto/Descrição | Mod.Marca | Vlr ref unit.<br>em R\$ | Vlr Total |
|-------------|-----|-----|------|-------------------|-----------|-------------------------|-----------|
| XXX         | XXX | XXX | XXX  | XXXXXX            |           | XXX                     | XXX       |
| TOTAL (R\$) |     |     |      |                   |           |                         |           |

**1.2.** A CONTRATADA declara possuir capacidade técnica e operacional para o fornecimento do objeto contratado, observando integralmente as disposições constantes do respectivo processo administrativo, do edital e demais documentos que o integram.

**1.3. Integram este contrato, independentemente de transcrição:**

- 1.3.1. O Termo de Referência, apêndice o Estudo Técnico Preliminar;
- 1.3.2. O Edital do procedimento de contratação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA 2ª – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 92, IV, VII e XVIII)**

**2.1. Forma de Fornecimento:**

**2.1.1.** O fornecimento dos materiais será realizado de maneira parcelada, **devendo ser entregues em até 10 (dez) dias corridos**, mediante emissão de Ordem de Compra, e enviada via e-mail. Sendo de responsabilidade da contratada fornecer email(s) válido(s) e atualizado(s) para recebimento da Ordem de Compra;

**2.1.2.** O prazo, bem como as condições de entrega, deverá ser rigorosamente respeitado por parte do licitante vencedor, sob pena de perda do direito de entrega, rescisão unilateral do contrato e aplicações das sanções legalmente cabíveis;



**2.1.3.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa contratada deverá comunicar as razões respectivas, com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

**2.1.4.** O local de entrega será na sede da Câmara Municipal de Guaíra, localizada à Praça João XXIII, nº 200 – Centro, Guaíra/PR, CEP 85.980.000, em horário de expediente, segunda a sexta-feira, no período das 7h30 às 12h e das 13h30 às 17h. Telefone de Contato: (44) 92001-8307. Email: [recebimento@guaira.pr.leg.br](mailto:recebimento@guaira.pr.leg.br).

**2.1.5.** As demais condições relativas ao fornecimento contratual estão expressamente descritas no Termo de Referência, **o qual integra este contrato para todos os fins de direito.**

#### **CLÁUSULA 3ª - DO PREÇO (art. 92, V)**

**3.1.** O valor total estimado da contratação é de R\$ **[valor numérico] (valor por extenso)**, conforme especificado na tabela constante do item 1.1 da Cláusula Primeira deste contrato.

**3.2.** O valor estipulado contempla todas as despesas diretas e indiretas necessárias à completa execução do objeto contratual, incluindo, mas não se limitando a: tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e demais custos operacionais pertinentes.

**3.3.** O valor acima é meramente estimativo, sendo que os pagamentos devidos à CONTRATADA ocorrerão dependerão dos quantitativos efetivamente, nos termos definidos neste instrumento e na documentação que o acompanha.

#### **CLÁUSULA 4ª – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

##### **4.1. Dos critérios de aferição para pagamento**

**4.1.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento do produto acompanhado da Nota Fiscal/Fatura.

**4.1.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**4.1.3.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**4.1.4.** As condições complementares de pagamento constam do Termo de Referência, **o qual compõe este contrato para todos os efeitos legais.**

#### **CLÁUSULA 5ª – VIGÊNCIA E PRORROGADO DO CONTRATO**

**5.1.** A vigência do contrato será de **12 (doze) meses** contado da data da assinatura, convalidado pela assinatura dos signatários, prorrogável conforme disposto no art. 105, da Lei nº 14.133/2021.

**5.2.** O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência conforme previsão do item anterior, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

**5.3.** O CONTRATANTE poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, observando-se os §§ 1º e 2º do art. 106, da Lei 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA 6ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

**6.1.** As obrigações da **CONTRATANTE** estão detalhadamente descritas no Termo de Referência, **o qual integra este contrato para todos os fins de direito.**

#### **CLÁUSULA 7ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)**



**7.1.** As obrigações da CONTRATADA estão detalhadamente descritas no Termo de Referência, o qual integra este contrato para todos os fins de direito.

#### **CLÁUSULA 8ª – DO REAJUSTE DE PREÇOS (art. 92, V)**

**8.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta final apresentada.

**8.1.1.** Após o interregno de 1 (um) ano, contado da data de apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, mediante pedido do Contratado, os preços contratuais serão reajustados pela aplicação da variação do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**8.2.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**8.3.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**8.4.** O reajuste será formalizado por simples apostilamento.

#### **CLÁUSULA 9ª – SANÇÕES INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

**9.1.1.** a) der causa à inexecução parcial do contrato;

**9.1.2.** b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**9.1.3.** c) der causa à inexecução total do contrato;

**9.1.4.** d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**9.1.5.** e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**9.1.6.** f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**9.1.7.** g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**9.1.8.** h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**9.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;





- 9.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.3.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.3.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.3.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.3.4.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 9.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.5.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 9.5.1.** a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.5.2.** b) as peculiaridades do caso concreto;
- 9.5.3.** c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.5.4.** d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- 9.5.5.** e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 9.7.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.8.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 9.10.** A notificações objeto do presente caput, será efetuada e encaminhada por e-mail, no endereço eletrônico constante no contrato.

#### **CLÁUSULA 10ª – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

- 10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA 11ª – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (Art. 92, XIX)**



**11.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**11.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**11.2.1.** Quando a não conclusão do contrato referido no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**11.2.2.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**11.2.3.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA 12ª – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA 13ª – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**13.1.** O pagamento decorrente do objeto desta contratação correrá à conta dos recursos do Orçamento Próprio da Câmara Municipal de Guaíra.

**13.1.1. Funcional programática: 01.001.01.031.0001.2001**

**13.1.2. Elemento da Despesa: 3.3.90.30.0000 – Material de Consumo**

**13.1.3. Desdobramento da Despesa: 33.90.30.2400 – Material para Manutenção de Bens**

**13.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA 14ª – ALTERAÇÕES**

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA 15ª - PUBLICIDADE**



**15.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**15.2.** O Extrato deste contrato será publicado no Diário Eletrônico do Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

**CLÁUSULA 16ª – FORO (art. 92, §1º)**

16.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste contrato, fica eleito o foro da Comarca de Guaíra – PR, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, as partes assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

Guaíra, xx de xx de 2026.

\_\_\_\_\_  
**CONTRATANTE – CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA**  
**Tereza Camilo dos Santos/Presidente do Legislativo**  
**Gestão 2025/2026**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA – [Nome da Empresa]**  
**(Nome do(a) Representante Legal)**  
**(Cargo do Representante)**

**TESTEMUNHAS:**

**Nome:**

**Nome:**

**CPF:**

**CPF:**

